

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO/REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

Cadmila Arislene Pereira

Arquiteta Urbanista, formada pela Universidade de Alfenas - Unifenas

Atualmente trabalhando como executora na elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio, projeto Alago/ FACEP-UNIFAL.

Cláudio Antônio Andrade Lima

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG, Doutor em Hidráulica e Saneamento, Coordenador Geral do convênio Alago/ FACEP-UNIFAL para elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio.

Demes Nunes da Mota

Engenheiro Agrônomo, Educando no curso de Especialização em Agroecologia pela UFSC. Atualmente atua como prestador de serviço em assistência técnica ambiental e social em assentamentos e como executor na elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio, projeto Alago/ FACEP-UNIFAL.

Maria Fabiana Lansac

Mestre em Urbanismo, especializada em Gestão Ambiental e em Administração, atualmente trabalhando como executora na elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio, projeto Alago/ FACEP-UNIFAL.

Francisco José Cardoso

Arquiteto Urbanista, Professor do curso de arquitetura e urbanismo da PUCMINAS – campus Poços de Caldas, mestre em Urbanismo pela PUCAMP. Coordenador Técnico do convênio Alago/ FACEP-UNIFAL para elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio.

José Roberto da Cunha Nobre

Engenheiro Arquiteto, Especialista em Urbanismo pela FAU-UFMG. Ex- prof de metodologia e desenho urbano-UNIFENAS.Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Fazenda e Planejamento da PM de Alfenas, cursando Gestão de Serviços Públicos Facinter/Unifal, atualmente trabalhando como executor na elaboração de Planos Diretores Participativos dos municípios de Alfenas, Fama, Divisa Nova, Areado, Serrania e Campo do Meio, projeto Alago/ FACEP-UNIFAL.

Mayra Mücha

Engenheira Ambiental pela UNICOC, Administradora de Empresas pelas Faculdades Senac, aluna especial no programa de mestrado do departamento de Hidráulica e Saneamento da EESC/USP, atualmente trabalhando como executora na elaboração de Planos Diretores

Roges Vilela Menale

Professor de História, especializado em Gestão e Administração Pública

Municipal, atualmente membro da Equipe de Acompanhamento, Coordenação e Articulação da elaboração/revisão dos Planos Diretores Participativos dos 50 municípios da região do Lago de Furnas – Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Na região do Sul de Minas, entre o sul e sudoeste, foi construído um extenso lago para abrigar uma grande hidrelétrica. Conhecido como “Lago de Furnas” abrange uma área de indiscutível importância econômica e estratégica para Minas Gerais e o país. Em seu entorno existem várias cidades que direta ou indiretamente se relacionam com o lago. Os impactos gerados pela construção foram traumáticos em sua origem. Com o transcorrer do tempo surgiram inúmeras demandas sociais e ambientais que se acumularam e, hoje, novamente causam inúmeros transtornos aos habitantes desse território.

No passado boa parte da população da região pagou um alto preço para que consumidores, principalmente grandes empresas de São Paulo e Rio de Janeiro, tivessem energia elétrica em abundância. Em outras palavras, a construção da Usina de Furnas gerou problemas e soluções; problemas para as populações da região, que tiveram seu progresso alterado, e soluções para as empresas dos grandes centros, que puderam ampliar sua produção industrial. Mas a história se repete, em nome da lucratividade e da geração de energia para os grandes centros o nível do lago oscila para baixo, causando elevados prejuízos para a econômica local. Para piorar, desde sua construção, recebe poucos investimentos em infra-estrutura, preservação ambiental, etc.

Recentemente duas linhas de financiamento romperam com essa realidade. Primeiro com a liberação de recursos para a produção de um “Diagnóstico de Saneamento” nos 52 municípios da região, em seguida com a celebração de um Termo de Cooperação entre Furnas Centrais Elétricas e a Alago – Associação dos Municípios do Lago de Furnas para a elaboração de 50 planos diretores.

Desta experiência, ainda em construção, emergem resultados inigualáveis que proporcionam, dentre outras coisas, a valorização da cidadania, a ampliação dos recursos cognitivos dos agentes públicos e da sociedade civil — uma vez que há momentos para identificação e para a reflexão sobre os problemas e potencialidades da região —, o envolvimento de segmentos fundamentais para o êxito de qualquer proposta de desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, das Universidades.

O presente trabalho pretende relatar a problemática que incide sobre a região do Lago de Furnas, e, também, a gratificante experiência da construção de 50 Planos Diretores Participativos. Para tal, além de elencar as principais deficiências e dificuldades, registra a experiência metodológica de uma das nove fundações universitárias parceiras nesta empreitada, a FACEPE - Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão ligada a UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas que atua em uma microrregião formada pelos municípios de Alfenas, Areado, Campo do Meio, Divisa Nova, Fama e Serrania.

Independente dos resultados que serão avaliados após a aprovação dos Planos Diretores, é possível de antemão observar que, se antes a implantação da usina hidrelétrica foi realizada sem se conhecer a realidade da região e principalmente sem a participação daqueles que mais sofreram com os efeitos da construção da barragem, hoje essas mesmas comunidades clamam por serem ouvidas, e exigem que os responsáveis pelas políticas estruturantes assumam sua parte na viabilização de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

2. CARACTERIZAÇÃO DO LAGO DE FURNAS

2.1. Aspectos históricos

FURNAS nasceu com o propósito de sanar a crise energética que ameaçava, em meados da década de 50, o abastecimento dos três principais centros socioeconômicos brasileiros - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Sua criação resulta diretamente da eleição de Juscelino Kubitschek. Orientado por um ideal desenvolvimentista, consolidado num conjunto de 31 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Plano de Metas prometia a modernização do país através do lema “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”.

Estudos anteriores elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) indicavam a necessidade de eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia. O setor energético era um desses pontos que impedia a alavancagem de diversos empreendimentos.¹

Uma área localizada entre o sul e sudoeste de Minas Gerais, equidistante das capitais, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foi escolhida para abrigar um grande

¹ O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra por si só que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros. A construção de Brasília não integrava nenhum dos cinco setores. Fonte: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

reservatório. No dia 9 de janeiro, de 1963, o túnel que desviou o curso do Rio Grande para a construção da Usina de Furnas foi fechado, e as águas formaram a maior extensão de água do Estado e um dos maiores reservatórios artificiais do mundo.² Por ocasião da conclusão das obras da usina, entraram em operação as seis primeiras turbinas, gerando 912.000 quilowatts, um recorde em termos de oferta de energia para a época. O lago foi formado pelo represamento do Rio Grande, na barragem localizada no município de São João Batista do Glória e São José da Barra, então distrito de Alpinópolis, hoje emancipada, o qual recebe ainda, águas de diversos outros ribeirões, córregos e rios das bacias dos rios Grande, Sapucaí e Verde.

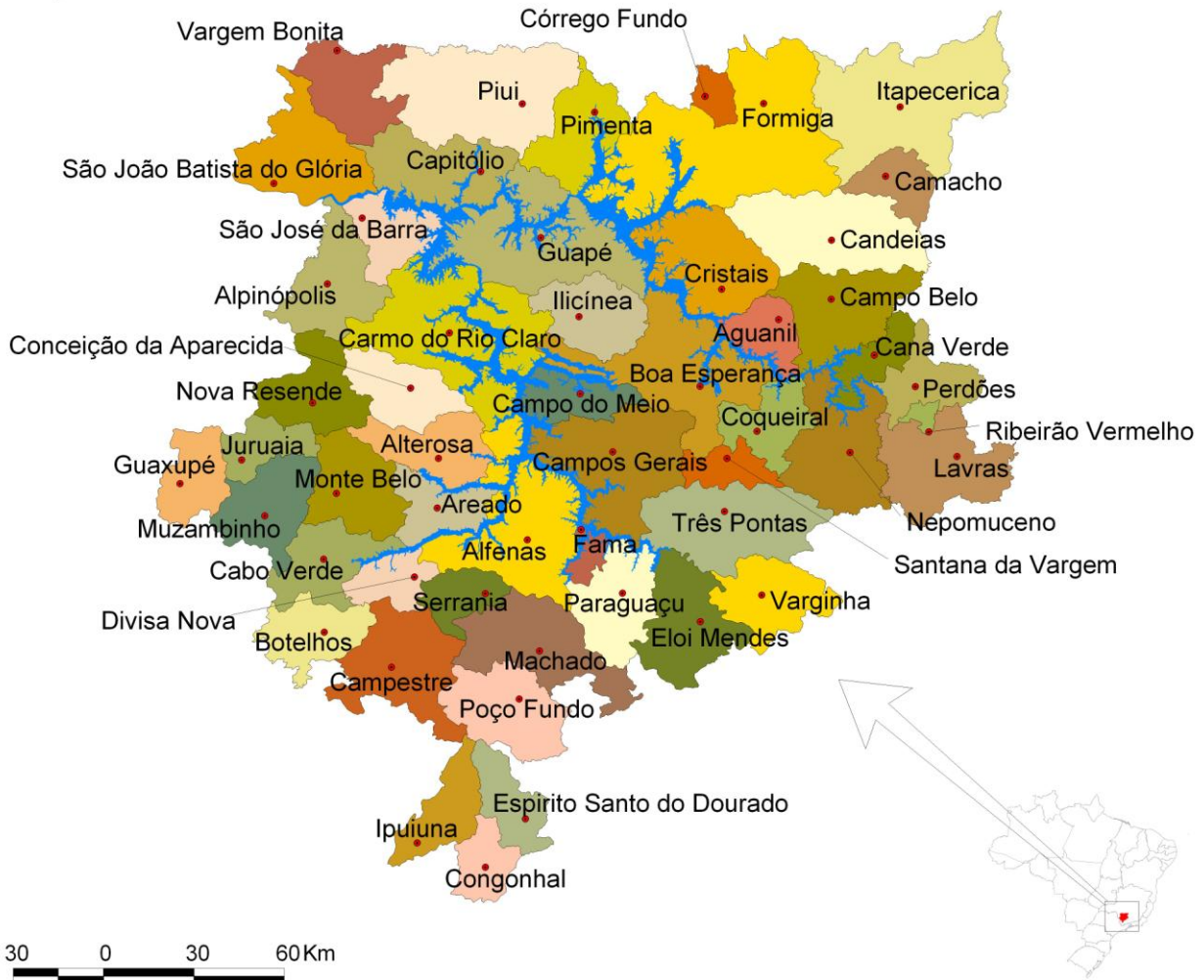
2.2. População e ocupação

Nos 52 municípios do entorno do Lago de Furnas perfazem uma população de 1.120.323 habitantes, sendo que 949.000 habitantes residem na zona urbana e 171.282 habitantes residem na zona rural.³

A área geográfica total dos 52 municípios é de 24.182 km² e a sua área inundada é de 1406,26 km², o que corresponde a 5,8152% do conjunto dos municípios (vide fig.01).

² O lago abrange 34 municípios sua extensão é 1.406,26 Km² perfazendo uma área total de 14.774 Km².

³ Fonte Censo IBGE 2000.



Rua Juscelino Barbosa, 572 - Centro - Alfenas-MG - CEP 37130-000 - Fone (35) 3292-3999
Fax: (35) 3291-4863 - E-mail: alago@ioli.com.br

Figura 1 - Mapa da Região do Lago de Furnas

2.3. Impactos gerados pela construção do Lago

Os impactos causados pela sua construção ainda são acontecimentos pouco pesquisados.⁴ Documentos oficiais da época, testemunhos de antigos moradores e seus descendentes, matérias de jornais, arquivos fotográficos e pesquisas históricas locais revelam o caráter arbitrário e trágico da remoção das populações vitimadas. Exemplo disso foi a sede do município de Guapé que ficou praticamente submersa, o que levou à

⁴ Principalmente na questão ambiental, pois a “consciência preservacionista”, até então, era um componente raro no meio social.

construção de uma nova sede nas proximidades. Em poucos meses extensas áreas foram inundadas afogando grande parte da biodiversidade existente e da memória coletiva.

Com a elevação da água que atingiu uma altura de 768 metros em relação ao nível do mar, ocorreu uma grande alteração ambiental na flora e na fauna regional, onde os animais silvestres tiveram que se deslocarem para outros ambientes. Outra grande alteração foi o surgimento de riachos, cachoeiras e *canyons* nas encostas das serras que serviam de muralhas para o represamento da água. Mas o lago também inundou vilarejos e cidades, os vales férteis se transformaram em lago e os agricultores da região foram obrigados a buscarem tecnologias agrícolas para transformar os cerrados em terras férteis.

Historicamente a região guardava a memória das tribos indígenas que nela habitaram, dos bandeirantes que buscavam ouro, dos tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras e foram os pioneiros no povoamento da região, das fazendas seculares, de quilombos e tantos outros registros históricos. Bens materiais como edificações, espaços comunitários, paisagens de valor sentimental desapareceram para sempre. A preservação do patrimônio cultural e ambiental foi desconsiderada. As “reduções de danos” para os habitantes das áreas atingidas foram meramente financeiras, através apenas de indenizações (muitas delas irrisórias, muito abaixo do valor real). Para muitos a oferta apresentada e a ameaça de inundação não foram suficientes para abandonar a terra.⁵ Embora de forma desorganizada e isolada, o segmento composto principalmente por proprietários de terras propiciou grande resistência.⁶

Grande parte dessa história submergiu em 1963. Ainda hoje é comum o sentimento de perda entre seus remanescentes, e uma dificuldade na relação das comunidades e governos locais com o Lago que, durante muito tempo, subutilizou sua estrutura e só recentemente vem descobrindo suas potencialidades.

O sistema viário,⁷ é um exemplo disso, composto anteriormente por estradas vicinais, também foi inundado pelo reservatório, dificultando intensamente, dentre outras coisas, a mobilidade urbana o escoamento da produção local.⁸ Ao logo do tempo, percebe-se, claramente, a despreocupação por parte das diversas esferas governamentais, federais e estaduais, e também de Furnas em desenvolver projetos hidroviários de maior vulto, prova disso é que, na maioria das pontes construídas, as estruturas não possuem medidas adequadas para o fluxo de embarcações. Enfim, a navegação no lago não foi priorizada em nenhum momento, e, em muitos pontos, está totalmente impedida por pontes e aterros, dificultando ainda mais a integração econômica e social da região.

2.4. Economia regional: o uso das águas e o turismo

A maior parte dos municípios possuía vocação agropecuária, mas com o alagamento das áreas produtivas diversificaram suas atividades. Após o impacto inicial surgiram pequenos comércios e o turismo, ainda pouco explorado, apresenta-se hoje como potencial

⁵ A maioria dos proprietários recebeu o valor venal, depositado em juízo pela Empresa. Extraído de www.furnas.com.br, dia 19 de novembro de 2006.

⁶ Há relatos de vários fazendeiros que para defender suas posses e seu modo de vida apelaram para uso das armas.

⁷ A Empresa disponibilizou balsas à população local. Ao todo são 15 embarcações, sendo três à jusante e 12 à montante da barragem, operadas em convênio com 11 prefeituras. Além do investimento inicial, FURNAS arca com os custos de manutenção. O transporte para pedestres é gratuito, mas a renda obtida com o transporte de veículos fica integralmente para o município.

⁸ O Represamento dos rios Grande e Sapucaí e seus afluentes retalhou o território dos municípios atingidos, multiplicando a necessidade de estradas vicinais, cuja manutenção onerou sobremaneira as prefeituras. Essa questão deve fazer parte da discussão junto a Furnas, a quem cabe arcar com parte do ônus pela recuperação e manutenção dessas estradas, essenciais para o desenvolvimento econômico da região e mobilidade.

natural para geração de renda na região. Mesmo assim, centenas de empreendimentos turísticos, entre hotéis, pousadas, restaurantes e clubes náuticos, injetam recursos na economia local, gerando empregos e impostos para os municípios.

Paradoxalmente a região do Lago de Furnas mesmo dispondo de grande volume de água, vem deparando com problemas envolvendo o uso da água, igualmente a outras regiões do País. O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado após o início do processo de privatização do Sistema Elétrico Nacional, vem controlando desde março de 1999 a vazão e os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas nacionais. Para grande parte dos gestores público locais, o ONS, opera o sistema elétrico à distância desconhecendo os problemas dos municípios, sempre buscando aumentar a geração de energia elétrica a qualquer custo, sem preocupar com a população local.

Assim, a atividade turística ainda que incipiente, sofreu sério revés a partir de 2001, quando da incidência da crise energética e do racionamento.⁹ Nesse ano o reservatório passou por um momento crítico, sua área alagada foi reduzida em 59%, com duração superior a um ano e meio. O deplecionamento gerou graves perdas econômicas nos empreendimentos lindeiros, provocou também prejuízos sócio-econômicos e ambientais para os municípios da região.¹⁰ Ainda hoje, a iniciativa privada, lentamente recupera a confiança em investir na economia local, pois paira no ar a desconfiança de que, em breve, um nova crise energética assolará o país. Para as administrações municipais a situação também é de insegurança e insatisfação, porque estão a mercê de um processo em que a governabilidade é quase nula, por não receberem nenhum tipo de compensação pela perda de receitas, etc.

Atualmente os impostos gerados pela produção de energia na Usina de Furnas respondem pela maior parte dos recursos de cidades como São João Batista do Glória e São José da Barra que, por sediarem as instalações da usina, dividem meio a meio o ICMS pago pela Empresa. As demais cidades também são beneficiadas e recebem, proporcionalmente à área alagada, a Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH).

No geral, a relação de Furnas com os municípios é de caráter marcadamente personalista, sem uma política de investimentos consolidada para a região, o que produz uma constante peregrinação dos gestores públicos locais em busca de recursos aos escritórios de Furnas, localizados no Rio de Janeiro.¹¹ Em seus investimentos de Responsabilidade Social¹² a parcela destinada a região é ínfima diante da riqueza gerada pelo reservatório. Ao analisar seu balanço social, verifica-se, claramente, a escassez de investimentos na região do lago e a abundância em projetos oriundos de outros Estados. Conclusão: *na região em que produzem o pão, só ficam as migalhas.*

2.5. Desenvolvimento Regional

Em 1993, 34 municípios banhados pelo Lago de Furnas, resolveram formar a ALAGO - Associação dos Municípios do Lago de Furnas, sediada na cidade de Alfenas – MG.¹³

⁹ Outros setores fortemente prejudicados foram o agropecuário, aqüicultura e piscicultura e o setor imobiliário.

¹⁰ A propósito se encontra em via de finalização um relatório encomendado pela Alago à Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria – FUPAI / Centro de Excelência em Recursos Naturais e Energia – CERNE ligada à Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, intitulado “Avaliação das perdas econômicas nos empreendimentos lindeiros ao reservatório da UHE de Furnas, em função do deplecionamento”

¹¹ Os investimentos mais praticados são na área da piscicultura com a criação de alevinos, no apoio cultural ao Festival da Canção de Boa Esperança e na manutenção de estradas rurais.

¹² Boa parte deles concedidos através da Lei Rouanet.

¹³ A Alago é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos. Os diretores são necessariamente prefeitos e exercem suas atribuições de forma não remunerada, eleitos para um mandato de dois anos (admitida a reeleição).

Com o tempo recebeu inúmeras adesões, totalizando, atualmente, 52 municípios, que possuem relações intrínsecas com o lago e formam diversos circuitos turísticos. Seu objetivo principal é o fomento ao desenvolvimento regional e a integração dos municípios a ela associados.¹⁴

Tendo como estratégia a ação conjunta dos poderes públicos municipais, estadual, federal e sociedade civil, a Alago, participou ativamente da implementação do “Diálogo de Concertação”, momento fundamental para a reflexão e união de esforços em prol da implementação de estratégias e projetos essenciais para a região.

2.5.1. Diálogo de Concertação

A Região do Lago de Furnas foi palco de um processo de mobilização e de articulação entre sociedade civil e poder público. O Diálogo de Concertação, que teve início em 2003 reuniu os 52 municípios, o Governo Federal e o governo de Minas Gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. O objetivo deste processo foi garantir a participação social no desenvolvimento local a partir de iniciativas de fortalecimento institucional, atividades produtivas, ações de saneamento, meio ambiente e de turismo. Abaixo a cronologia das atividades do Diálogo de Concertação:

- Em **02/12/2003**, realizou-se a primeira reunião do programa federal denominado "Diálogo de Concertação Nacional – Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Lago de Furnas", promovido pela Presidência da República, em Varginha - MG.
- Em **03/02/2004**, continuando o processo de “Concertação Nacional”, ocorreu a reunião com objetivo de discutir os planos de trabalho do eixo Saneamento e Meio Ambiente visando o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Lago de Furnas, na cidade de Nepomuceno - MG.
- Em **12/03/2004**, aconteceu o Seminário Tecnológico em Lavras, na UFLA – Universidade Federal de Lavras, onde as diversas instituições de Ensino e Pesquisa da Região tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos e diagnósticos técnicos com relação ao Lago de Furnas. Nesse Seminário estiveram presentes representantes da Presidência da República, Governo Estadual e Municipal, Alago, de instituições locais de ensino, pesquisa e extensão.
- Como resultado, o seminário obteve a presença de 172 participantes que representaram a UFLA, UNIFEI, UNIFENAS, UNIFAL, UNIS, ALAGO, IBAMA, EMATER, Comitê da Bacia do Rio Grande, várias prefeituras da região, dentre outras instituições. Mediante os trabalhos apresentados e debatidos durante o Seminário, foi decidido que as instituições designassem especialistas em Saneamento e Meio Ambiente para elaborarem o Plano de Diagnóstico do Lago de Furnas sendo também proposto e apoiado, por unanimidade, a criação de um Fórum das Instituições, para tratar dos projetos de revitalização do Lago de Furnas.
- Várias reuniões se sucederam com o grupo multi-institucional de especialistas, sendo que em 07/04/2004 em reunião realizada no Centro Universitário do Sul de Minas -

¹⁴

O valor estimado previa um custo de R\$ 3,00 por habitante. Constituem-se membros integrantes da ALAGO 52 municípios: Aguanil, Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Botelhos, Cabo Verde, Camacho, Campestre, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Candeias, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Conceição Aparecida, Congonhal, Coqueiral, Córrego Fundo, Cristais, Divisa Nova, Elói Mendes, Espírito Santo do Dourado, Fama, Formiga, Guapé, Guaxupé, Ilícinea, Ipuiúna, Itapeçerica, Juruáia, Lavras, Machado, Monte Belo, Muzambinho, Nepomuceno, Nova Resende, Paraguaçu, Perdões, Pimenta, Piumhi, Poço Fundo, Ribeirão Vermelho, Santana da Vargem, São João Batista do Glória, São José da Barra, Serrania, Três Pontas, Vargem Bonita e Varginha. Mapa em anexo.

UNIS, em Varginha, concluiu-se e foi encaminhado à Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, o Projeto de Diagnóstico das Condições de Saneamento nos Municípios do Entorno do Lago de Furnas.

- Em **15/06/2004**, atendendo à Agenda do Programa Federal "Diálogo de Concertação", estiveram reunidos na Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, diversas instituições de ensino superior para discutir a criação do Fórum das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão para a revitalização no entorno do Lago de Furnas, que teve sua origem a partir do Seminário Tecnológico em Meio Ambiente e Saneamento, realizado na UFLA em março deste ano.

São diversos os resultados alcançados pelo Diálogo nesses três anos, dentre os quais destacam-se:

- A criação do Fórum-Lago que reúne as instituições de ensino, pesquisa e extensão para a troca de experiências e construção coletiva do conhecimento;
- O “Diagnóstico de Saneamento”, iniciado em dezembro de 2003, foi implementado e coordenado pela Secretaria Geral e Sedes - Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ambas da Presidência da República, sob a coordenação da ALAGO e execução da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe), com suporte técnico do Fórum das Instituições de Ensino Pesquisa e Extensão para a Revitalização do Lago de Furnas (FÓRUM-Lago), supervisionado pelo Ministério das Cidades e financiado por Furnas (R\$ 371.318,00). O objetivo foi diagnosticar as condições atuais dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos dos municípios localizados no entorno do Lago de Furnas, além de elaborar um prognóstico das ações necessárias para resolução de problemas e estimativas de investimentos para os próximos 30 anos, e de apresentar a avaliação de cenários para a organização da gestão e da prestação integrada dos serviços públicos. O diagnóstico e demais estudos foram elaborados através de pesquisas e visitas técnicas às 52 cidades e 46 distritos da região do Lago de Furnas;
- A criação de um grupo de acompanhamento do nível de água: com representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operadora Nacional do Sistema (NOS), Furnas, Alago e Associação dos Usuários do Lago (ASUL), o grupo monitora e divulga informações sobre a evolução do armazenamento do reservatório do lago e da expectativa de evolução para os meses seguintes. O grupo é convocado somente quando a redução do nível de água do reservatório se aproximar da Cota 762, indicador considerado ideal para a manutenção das atividades do lago, como o turismo, por exemplo;
- Desenvolvimento da piscicultura em tanques-redes nos municípios da região;
- Inventário turístico dos 52 municípios da região do lago (ainda em andamento);
- A elaboração dos Planos Diretores dos 52 municípios da região do lago.

3. PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS E O E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Após um longo processo de negociação e articulação de diversos atores sociais, em março de 2006, foi assinado um Protocolo de Cooperação, através do seu Termo de Referência, firmado entre Ministério das Cidades, Furnas Centrais Elétrica S.A., Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado de Minas Gerais, Associação dos Municípios do Lago de Furnas – Alago, Fórum-Lago, CREA – MG – Conselho Regional de

Arquitetura do Estado de Minas Gerais e Núcleo Estadual da Campanha para Elaboração dos Planos Diretores. Esse convênio, ainda em vigor, tem como objetivo apresentar aos municípios do Lago de Furnas, as diretrizes para a Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade e à Elaboração dos Planos Diretores Participativos calcados na política adotada pelo Programa Fortalecimento da Gestão Urbana do Ministério das Cidades, com recursos de Furnas Centrais Elétricas da ordem de R\$ 3,2 milhões para a elaboração dos Planos Diretores Participativos de 50 municípios do entorno do Lago de Furnas.¹⁵

Os municípios foram divididos em nove microrregiões, e as análises e propostas levantadas além de fornecerem subsídios aos órgãos públicos e entidades locais serão traduzidos em planos microrregionais, dos quais será possível desenhar o Plano Regional de Desenvolvimento da área de influência de Furnas.

3.1. Características do Convênio / Termo de Referência

Hierarquicamente, o convênio é gerido por um Comitê Técnico, que possui representantes das instituições acima mencionadas, contudo, liderada pela Alago responsável pela administração dos recursos. O Termo de Referência teve como objeto de contratação Fundações de Instituições de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão e consultores (pessoas físicas ou jurídicas) credenciados pelo Ministério das Cidades para formação de onze equipes, assim distribuídas:

- uma Equipe de Acompanhamento, Coordenação e Articulação (sediada na Alago), composta por 4 profissionais¹⁶
- uma Equipe de Suporte (área de informações e contábil);
- nove Equipes de Elaboração/revisão dos Planos Diretores ligadas a Fundações Universitárias responsáveis por uma única micro região;¹⁷
- e pelas 50 prefeituras.

Os critérios para selecionar as Fundações se balizaram nos seguintes critérios:

- Prioridade para Fundações de Instituições de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão da região, integrantes da Fórum-Lago;
- Contar em seu quadro permanente com profissionais de experiência comprovada em processos participativos e qualificados nas áreas de conhecimento recomendadas anteriormente, em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Prévia vinculação das atividades desenvolvidas pelas Fundações de Instituições de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão ao perfil profissional das áreas de conhecimento recomendáveis para a Equipe de Apoio para Elaboração/Revisão de PDP`s;
- Composição da equipe, prioritariamente, com profissionais da região ou do estado de Minas Gerais, com comprovada experiência em processos participativos e qualificados

¹⁵ Exceção de Paraguaçu e Varginha. A primeira havia aprovado seu plano recentemente e a segunda contava com recursos do OGU para revisar o seu Plano Diretor.

¹⁶ Um profissional da área de planejamento (com ênfase em planejamento regional), um profissional da área social, um profissional da área ambiental, um profissional da área econômica. A Equipe disponibiliza na página da Alago www.alago.org.br ou pelo e-mail pdiretoralago@ioli.com.br documentos sobre o andamento dos trabalhos, relatórios, boletins, etc.

¹⁷ Com a recomendação de conter um profissional da área de planejamento urbano; Um profissional da área social; um profissional da área econômica; um profissional da área ambiental; um profissional da área jurídica.

nas áreas de conhecimento recomendadas anteriormente, em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

- Qualificação profissional da equipe de acordo com as áreas de conhecimento recomendadas.

Foram definidos em um Termo de Referência cinco produtos a serem elaborados:

1. Documento detalhando a Metodologia.
2. Relatório contendo a sistematização da Leitura da Realidade Municipal com as atas das reuniões públicas realizadas.
3. Relatório contendo Objetivos, Temas Prioritários, Instrumentos, Estratégias e Propostas com as atas das reuniões públicas realizadas..
4. Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal Participativo.
5. Documento contendo Diretrizes para inclusão das propostas do Plano Diretor Municipal Participativo nos orçamentos municipais – LOA, LDO e PPA.

3.2. Problemas da confecção do Convênio / Termo de Referência

Em virtude do longo processo de negociações e da tardia disponibilização dos recursos, sete municípios com população superior a 20 mil habitantes, obrigados pelo Estatuto da Cidade a aprovarem até o mês de outubro deste ano seus planos diretores, iniciaram a implantação dos trabalhos com recursos humanos próprios ou através da contratação de consultorias. No caso das entidades terceirizadas, embora sejam cadastradas pelo MCidades, o que pressupõe a utilização de metodologias participativas, causa uma certa “cisão”, o que vem a dificultar a integração dos trabalhos em uma proposta regional, uma vez que não há relação formal da Equipe de Acompanhamento, Coordenação e Articulação com as entidades executoras. Além disso, as prefeituras se oneraram para viabilizar a implantação da elaboração do Plano Diretor.

Importante destacar também outros fatores que incidiram negativamente na condução dessa inédita iniciativa originados principalmente da elaboração do Termo de Referência, que, por exemplo, determina equivocadamente a liberação dos pagamentos às Fundações somente mediante a apresentação dos produtos correspondentes aos 50 municípios. Ou seja, se uma cidade ou fundação atrasar seu cronograma todas as demais são penalizadas com a não liberação dos recursos. Além disso, os municípios menores de 20 mil habitantes que não possuíam prazo obrigatório para concluir o Plano Diretor tiveram que acompanhar os maiores, causando excesso de atividades para as Equipes de Elaboração/revisão.

Finalmente, a coincidência com o período da campanha eleitoral, em alguns municípios, foi prejudicial, pois os interesses políticos exaltados se refletiam nos espaços de consulta popular, causando, muitas vezes a manipulação de dados a distorção das informações referentes aos problemas comunitários, municipais e regionais.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO DO GRUPO VI – FACEPE/UNIFAL

A Fundação de Apoio a Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas – **FACEPE** – instituição vinculada a Universidade Federal de Alfenas – **UNIFAL-MG**, selecionada pelo Comitê Técnico (Termo de Cooperação Técnica Furnas/Mcidades /Alago/SEDRO/Fórum Lago) para atuação no **GRUPO VI**. A **FACEPE/UNIFAL** ficou responsável pelo Acompanhamento, Coordenação e Elaboração/Revisão dos Planos Diretores Participativos dos municípios de **Alfenas, Areado, Campos Meio, Divisa Nova, Fama e Serrania**, com intuito de apoiar estas prefeituras no planejamento físico-territorial, de forma democrática e

participativa. Alfenas o Plano Diretor, aprovado em 1993 será revisto, e nos demais municípios elaboração.

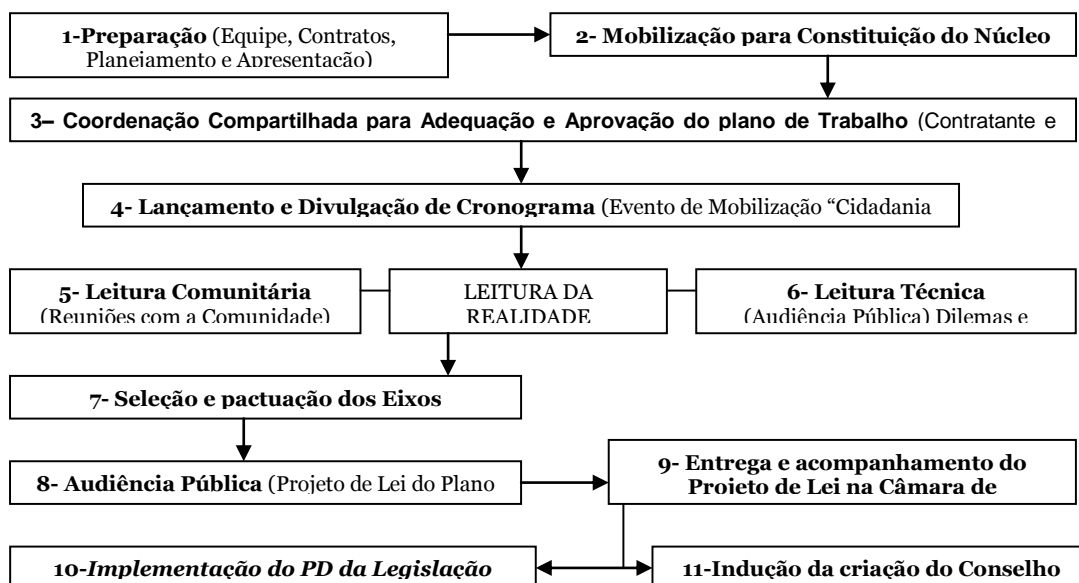
Alfenas possui mais de 20000 habitantes devendo ter seu Plano Diretor aprovado até 10 de outubro de 2006, nos demais municípios não são obrigados pela legislação a cumprir o prazo, o Plano Diretor será entregue em dezembro.

A metodologia proposta visa não só a elaboração/revisão dos Planos Diretores Municipais dos municípios supracitados, mas também a integração da escala municipal, micro-regional (Grupo VI) e regional (Lago de Furnas). O mote da mobilização é o potencial agregador do Lago de Furnas e a construção de um plano de desenvolvimento socio-ambiental para esta região, em consonância com o Diálogo de Concertação para o desenvolvimento sustentável da região do Lago de Furnas.

4.1. Formatação:

O plano de trabalho proposto busca compatibilizar a essencialidade exigida de um Plano Diretor, com a construção compartilhada de propostas realistas e exeqüíveis, compatível o cronograma estabelecido e recursos disponíveis, valorizando sempre a participação dos munícipes e o fácil entendimento por parte da população de forma a garantir, durante todo o processo de elaboração, canais para a efetiva participação popular.

A estratégia proposta para desenvolvimento dos trabalhos segue a dinâmica apresentada no fluxograma a seguir, sendo nos itens subseqüentes descritas e comentadas.



4.2. Metodologia para elaboração/revisão dos Planos Diretores Participativos:

A descrição da metodologia proposta é apresentada e discutida, a seguir, em suas cinco principais fases de desenvolvimento dos trabalhos, a saber:

1. Mobilização, Preparação e Treinamento da Equipe de Trabalho;
2. Leitura Participativa Técnico-Comunitária da realidade do município
 - a. Leitura Comunitária
 - b. Leitura Técnica
3. Seleção e pactuação de propostas e elaboração do Projeto de Lei;

4. Acompanhamento da implantação do Plano Diretor e Leis Complementares.

Todas as atividades participativas estão sendo registradas com fotos, filmes e gravações e coletadas assinaturas dos presentes, para elaboração das atas, que são divulgadas na mídia local (sites e jornais) e encaminhada para o banco de experiências do Ministério das Cidades.

1º Etapa: Mobilização, Preparação e Treinamento da Equipe de Trabalho

A equipe de trabalho é constituída por profissionais com vínculo contratual permanente e temporário com a FACEPE, técnicos municipais, colaboradores, voluntários e lideranças comunitárias. O quadro permanente é composto por professores e técnicos administrativos da UNIFAL-MG e FACEPE, os temporários por consultores externos, em sua maioria vinculada a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC-Minas - campus Poços de Caldas. A equipe também é composta por profissionais de nível médio e superior contratados para o projeto, estagiários de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia Ambiental, Química, Farmácia, Odontologia, Biologia, Enfermagem e Nutrição da PUC-Minas, UNIFAL-MG, EESC-USP e UNESP.

Na fase inicial dos trabalhos foi constituído o **Núcleo Gestor** para cada um dos municípios, que tem o papel consultivo, de acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração do Plano. Destaca-se as competências de propor critérios para decidir prioridades, assegurar o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente e compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo processo de construção do Plano Diretor.

O Núcleo Gestor é um embrião para posterior criação do Conselho da Cidade, responsável pela gestão do Plano Diretor, competência esta desejável e a ser garantida por projeto de Lei. O grupo é ser formado por doze membros, representado de forma paritária por membros dos seguintes setores: FACEPE, Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, Entidades da Sociedade Civil, movimentos/lideranças sociais e representantes do setor rural. O representante da FACEPE atuará também como secretário executivo tendo direito a voto somente em caso de empates (Voto Minerva).

Por meio de ofício são convocados o Executivo, Legislativo e Ministério Público a indicarem seus representantes. As entidades de classe relacionadas com Plano Diretor, como CREA, Secretarias de Estado, e demais entidades da Sociedade Civil e os movimentos/lideranças sociais cadastrados junto ao município foram convidados a participaram de um Fórum de **discussão do Plano Diretor e as importâncias do Núcleo Gestor e Conselho de Cidade**. Neste evento de mobilização, Sociedade Civil e movimentos/lideranças sociais elegeram seus representantes no núcleo gestor.

Treinamento da Equipe

A equipe de trabalho e o Núcleo Gestor recebem treinamento inicial, sendo adotada metodologia e material de apoio usados nas oficinas de multiplicadores do Ministério das Cidades, Instituto Polis e CREA, com o entendimento da proposta de trabalho estabelecida pela FACEPE, explicitação das atribuições de cargo e funções e o retorno esperado pela Coordenação dos Trabalhos.

Infra-estrutura de Treinamento e Preparação

A FACEPE disponibilizou espaço em seu escritório, localizado na região central de Alfenas, para criação da “Casa do Plano”, com função de centralizar as atividades de

elaboração/revisão dos Planos Diretores Participativos da região VI, treinamento da equipe e receber a população para esclarecimentos e reuniões.

2º Etapa: Leitura Participativa Técnico-comunitária da Realidade Municipal

Leitura da Cidade, contemplando a análise da realidade local, detecção de situações cotidianas conflitantes e dos problemas ou embates reais, e a identificação de aspectos positivos, tais como: potenciais qualidades e patrimônios relevantes dos Municípios. Esta atividade é resultante da sobreposição da leitura técnica, realizada pela FACEPE, com o apoio da Prefeitura, e da leitura comunitária, obtida a partir da participação da população, na escala dos municípios. Nesta Etapa a população faz uma reflexão sobre as seguintes questões: a cidade que temos? a cidade que queremos? a cidade que podemos?

A Leitura Técnica e Comunitária é realizada de forma articulada. A análise técnica, apresentada em linguagem acessível a grande maioria da população, serve para alimentar e consolidar a participação popular, que paralelamente enriquece a leitura técnica.

O resultado desta etapa é apresentada em Relatório contendo a sistematização da Leitura Técnico-Comunitária da Realidade Municipal, com mapas temáticos e as atas das reuniões com o Núcleo Gestor e dos eventos participativos.

Leitura Comunitária:

Consiste na construção coletiva e implementação de metodologias e técnicas participativas para o desenvolvimento da leitura comunitária, dos eixos estratégicos e propostas nos diferentes temas, bairros e setores, e segmentos sociais do município. Nesta Etapa são realizadas a sensibilização e mobilização interna (Poder Executivo, Poder Legislativo) e externa (Entidades da sociedade civil e Lideranças Comunitária), com intuito de entender o município sob o olhar dos seus moradores.

A Mobilização interna é realizada em reunião prévia de sensibilização com Prefeito e Secretários de cada um dos municípios do grupo VI. A reunião tem como pauta a importância da elaboração do Plano Diretor Participativo para o município e a região do Lago de Furnas e os aspectos metodológicos para sua elaboração/revisão. Nesta reunião é também requisitado que os Prefeitos e Secretários disponibilizem informações e nomeiem técnicos para participar do processo. É entregue ao Prefeito de cada município Ofício solicitando que seja emitida uma portaria definindo os funcionários que farão parte da equipe da prefeitura. Também é abordada a função do Núcleo Gestor.

Completando essa etapa é realizada uma Oficina de capacitação, os técnicos locais, externos e colaboradores, apresentando os princípios básicos do planejamento (democrático e responsável) e a metodologia de implementação, e abrindo para o debate dilemas do planejamento municipal e a articulação do município com a região do Lago de Furnas. Na capacitação também é realizada uma dinâmica, adaptando o “Jogo das Cidades” desenvolvido pelo Instituto Polis a realidade dos municípios da região. O jogo simula um município de pequeno porte, onde a área rural tem mais importância que a área urbana. O resultado foi muito interessante, pois os participantes entenderam a problemática relacionada ao plano diretor e os instrumentos do “Estatuto da Cidade”.

Nesta etapa a equipe técnica fez uma pesquisa para identificação dos atores e grupos sociais organizados ou não e das lideranças comunitárias, que serão convocados a participar da elaboração/revisão do Plano Diretor de seu município.

Também foram preparados o material, o método e as estratégias de discussão que serão utilizadas nos eventos participativos e folhetos com área a ser destacada para ser colocado em urnas distribuídas em locais estratégicos do município.

A comunicação dos eventos é feita com faixas, banners, carros de som e chamadas na mídia local (jornal, radio e tv). As faixas foram dispostas em eventos e festas promovidos no município e nos locais onde acontecerão as reuniões participativas.

A mobilização externa teve como **primeiro momento** a organização de um evento denominado “Cidadania na Praça”, realizado em espaço livre público (praça ou parque), em local central da cidade, escolhida por consulta prévia a autoridades locais.

O evento consiste em apresentações artísticas, prestação de serviços de utilidade pública, mostra de extensão universitária da UNIFAL-MG e a realização da primeira Audiência Pública. Os grupos artísticos foram contatados com antecedência ao evento, também mediante contato com autoridades locais.

Durante o evento, é distribuído material impresso sobre o projeto e realizada chamada constante através de sonorização apropriada para atividades participativas que ocorrerão na seqüência, indicando as datas e locais.

No **segundo momento** são realizadas reuniões participativas em regiões do município em estruturas existentes como escola ou salão comunitário. A divisão é para que uma dinâmica popular seja provocada e que as especificidades destas regiões sejam discutidas.

A divisão é definida de acordo com as características demográficas, física-territoriais e sócio-econômicas. Para cidades com mais de 20.000 habitantes pretende-se dividir em quatro reuniões de bairros e uma com enfoque rural.

Nas reuniões é priorizado o envolvimento popular, com a construção coletiva dos problemas, potencialidades e propostas para o desenvolvimento do município. A metodologia consiste na divisão dos presentes em sub-grupos com no máximo 12 pessoas, sendo apresentado um mapa da região onde acontece a reunião. Cada participante indica no mapa onde reside e depois é instigado a apresentar problemas, potenciais e soluções/propostas.

Paralelamente, também são realizadas reuniões setoriais de caráter técnico-consultivo, conforme a necessidade, com intuito de levantar e debater aspectos específicos no espaço de reunião na sede da FACEPE.

Os resultados dos eventos participativos são sistematizados em um relatório, contendo as atas, fotos, vídeos e mapas, localizando as demandas e sugestões apresentadas pela população.

O **terceiro momento** consiste em retornar o resultado da Leitura Participativa da Realidade técnica-comunitária para população, mostrando os limites e as possibilidades reais de mudança e desenvolvimento do município.

É importante ressaltar que a Câmara de Vereadores é convidada a integrar o Núcleo Gestor, participando de forma pro-ativa de todo o processo de revisão/elaboração dos Planos Diretores Participativos.

Nesta etapa acontece a segunda Audiência Pública, onde é apresentada e debatido a Leitura da Realidade Municipal e ainda o lançamento e aprovação de propostas para o encaminhamento do Projeto de Lei.

Dessa forma os representantes de todas as regiões tomaram conhecimento de todo processo e da realidade de áreas diferentes da que residem ou atuam, contribuindo as representações sociais tenham mais envolvimento e possível melhora no processo organizativo popular.

No **quarto momento** é realizada a Audiência Final, onde é apresentado o projeto de lei do Plano Diretor Participativo para debate e pactuação do seu conteúdo.

Leitura Técnica

As atividades a serem realizadas pelos consultores, facilitadores locais, estagiários e técnicos das prefeituras visam melhor compreender a cidade pela comparação entre dados

e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura. Todos os materiais selecionados, preparados e produzidos para discussão foram elaborados em linguagem acessível para orientar o debate das atividades participativas, contribuindo para compreensão geral do município.

Esta atividade é realizada por meio de levantamento e análise de dados de aspectos relacionados: aos condicionantes e potenciais físico-ambientais, à estrutura fundiária, às características e distribuição da população, a capacidade de infra-estrutura instalada, ao sistema viário, transporte e mobilidade existente, ao patrimônio cultural e população tradicional, a legislação vigente, as atividades econômicas e as tendências e vocações para o desenvolvimento sustentável do município. É importante ressaltar que a primeira atividade dessa Etapa será iniciada com o levantamento de estudos existentes realizados por instituições de ensino, prefeituras, ongs e outros órgãos.

A Leitura Técnica foi iniciada com a busca de informações e pesquisas existentes em Órgãos Públicos e Instituições de Ensino e Pesquisa. Serão levantados Planos, Estudos e Projetos sobre o município, seus problemas sociais, demográficos, ambientais; potencialidades e vocação.

O resultado da pesquisa Técnica foi apresentado em relatórios contendo textos analíticos, fotos e mapas. Os mapas são de grande importância para facilitar a leitura do município, visualizando as informações das leituras.

3º Etapa: Seleção e pactuação das propostas

A partir da leitura técnico-comunitária da realidade municipal os caminhos para construir o futuro da cidade e para reorganização do territorial são trabalhados de forma compartilhada entre técnicos e população. Nesta etapa são definidos os temas prioritários, e para cada Tema: Objetivos, Estratégias e Instrumentos do “Estatuto da Cidade”. Caso seja necessário aprofundamento dos temas prioritários estudos específicos poderão ser realizados.

Ao final desta etapa é apresentado relatório contendo o processo de montagem das propostas dos Planos Diretores Participativos, com objetivos, temas prioritários, estratégias e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, incluindo as atas das reuniões públicas realizadas nesta etapa.

4º Etapa: elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo

Etapa de elaboração e apresentação em Audiência Pública e na Câmara de Vereadores do projeto de Lei do Plano Diretor, com seus anexos (imagens, mapas e tabelas).

5º Etapa: Implantação do Plano Diretor na legislação orçamentária

A última etapa consiste em incluir as propostas do Plano Diretor na legislação orçamentária dos municípios (LOA's, LDO's, PPA's). Nesta será realizado reuniões com o Núcleo Gestor e técnicos da prefeitura de cada município.

Ao final do processo é elaborado relatório contendo análise crítica da metodologia desenvolvida, com a identificação das fragilidades e avanços, e indicações para sua consolidação.

4.3. Prazos e custos estimados para as etapas e produtos propostos

Módulos	2006						2007			
	Jul ho	Ag ost o	Set em bro	Ou tub ro	No ve mb ro	De ze mb ro	Ja nei ro	Feve reiro	Ma rço	Abr il
Leitura técnico Comunitária da Realidade Municipal (01/07/06 a 04/08/06)	→									
seleção e pactuação das propostas - Temas prioritários, objetivos, Eixos Estratégicos e Instrumentos (04/08/06 a 04/09/06)		→								
Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo (04/09/06 a 30/04/07)			→							
a implantação do Plano Diretor na legislação orçamentária dos municípios (04/10/06 a 30/04/07)					→					

- Alfenas
- Areado, Campo do Meio, Divisa Nova, Fama e Serrania

5. CONCLUSÃO

Quarenta anos após o impacto causado pela presença do Lago de Furnas, as comunidades sofreram novo impacto com a ausência do lago. O grande prejuízo sócioambiental que comprometeu a irrigação a pesca e até o fornecimento a água tratada, afastou os turistas, comprometendo a economia local. O desaparecimento das águas ocorrido em 2000 proporcionou que a região repensasse a sua condição. Não só a mudança da paisagem assustou aos cidadãos que habitam os territórios lindeiros, mas a possibilidade de perderem também a identidade conquistada a duras penas em décadas de adaptação. Tal situação foi o marco de uma mudança de consciência que culmina na realização do Diálogo de Concertação em 2003.

A partir de então, a idéia de desenvolvimento regional ganha força, refletindo-se em ações concretas que resultam em ganhos reais para a região. O convênio de Cooperação entre Furnas e Alago disponibilizando recursos para a elaboração/revisão de 50 Planos Diretores é a prova cabal dessa nova etapa. Atualmente, a região vivencia uma experiência inédita. As comunidades e os setores organizados são convocados a compartilhar a construção de um planejamento para suas cidades e por consequência para sua região. Os

problemas e as potencialidades estão sendo identificados o que possibilitará a criação de um Plano de Desenvolvimento Regional.

Até o momento foram realizadas centenas de reuniões e outras atividades de consulta popular que corroboram estudos anteriores e legitimam a busca de investimentos. Embora a elaboração dos Planos Diretores ainda esteja em andamento na maioria dos municípios, e os resultados ainda não sejam conclusivos, já revelam grandes desafios a serem enfrentados.

O principal deles, na opinião de técnicos, ong's e também da população consultada, é o saneamento básico. No lago estão sendo despejados os esgotos produzidos por 800 mil pessoas e inúmeras fábricas, os rios sofrem com o assoreamento e as nascentes estão sendo rapidamente destruídas. Se continuar neste ritmo, a vida no lago tem data marcada para se extinguir.¹⁸ A elaboração do Diagnóstico de Saneamento demonstra o quanto é carente os serviços de infra-estrutura em saneamento básico, notadamente, os serviços de esgotos sanitários e drenagem pluvial dos municípios brasileiros, tomando-se por referência a amostragem de uma região tão próspera como é a do Lago de Furnas. A ausência dos sistemas de saneamento básico diagnosticados no trabalho gera todo o tipo de enfermidade, principalmente aquelas de veiculação hídrica.

Outro grave problema diagnosticado diz respeito às áreas agriculturáveis próximas ao reservatório. O controle no uso de agrotóxicos e fertilizantes nas plantações não existe, têm-se notado que não há nenhuma fiscalização pelos órgãos competentes no uso do solo para o plantio, além de usarem, para irrigação as águas do reservatório, indiscriminadamente e sem critérios ecológicos.¹⁹

Paralelamente à hegemonia do cultivo do café, desponta para os próximos anos, a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, que diante da crise energética, torna-se uma opção viável de produção de energia renovável. Recursos estrangeiros aportam na região, mudando as relações de trabalho no campo, a utilização dos recursos naturais, etc. Conter sua expansão parece algo impossível, porém, controlá-la é imprescindível para a manutenção dos ecossistemas locais.

A ocupação e uso do solo às margens do Lago de forma irregular também é um motivo de reflexão para as fundações envolvidas na elaboração dos Planos Diretores, Poder Público e a Alago. Em muitas cidades o setor imobiliário avança sobre áreas de preservação ambiental permanente. Empreendimentos turísticos como loteamentos a beira do lago – muito deles sem infra-estrutura adequada – desrespeitam as normas de impacto de vizinhança e privatizam o acesso ao lago. Regulamentar o uso e a ocupação dessas áreas de forma regionalizada é um problema ainda sem solução, mas altamente necessário para desenvolver uma proposta de turismo em comum.

A crise do setor elétrico culminado com as estiagens prolongadas dos últimos anos (1997, 1998, 1999 e 2000) causaram significantes depreciações do lago, o que influenciou negativamente na exploração do turismo, pesca, lazer e outras atividades, desenvolvidas em sua extensão, bem como a agressão ambiental, trazendo inclusive danos a paisagem cênica. Torna-se imprescindível e urgente a discussão de meios, envolvendo municípios e os Governos Estadual e Federal, sobretudo observando a parte legal, para garantir a função social prevista na Legislação atual, especialmente, a que estabelece a política de Recursos Hídricos.

¹⁸ As ações mundiais de proteção ao meio ambiente e todos os acordos e tratados dos quais o Brasil é signatário, apontam o tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais como uma das principais medidas de proteção às águas

¹⁹ A região possui grande incidência de câncer. As Informações sobre os tipos e as causas são desorganizadas e até mesmos mascaradas pelos municípios e órgãos responsáveis. Há uma suspeita, por parte de diversos especialistas, que o uso indiscriminado de agrotóxicos está relacionado a essas anomalias.

A Alago, após discutir e ouvir seus associados, usuários da água do lago e investidores, estabeleceu a necessidade da manutenção de uma cota altimétrica mínima de 762 metros, para o nível da água do Lago de Furnas.²⁰ Somente assim serão viabilizados os empreendimentos turísticos na região. É notório o prejuízo econômico provocado pela atual variação do nível da água, que nos dois últimos anos chegou a 16 metros, inviabilizando qualquer investimento na infra-estrutura turística e comprometendo a sobrevivência da população ribeirinha. Sabe-se que a variação é necessária, mas também é importante o debate sobre as condições dessa variação, estabelecendo uma cota mínima economicamente viável para Furnas e para as cidades da Alago. Afinal, nas condições atuais, as cidades estão pagando duplamente pela área inundada. Aprendeu-se duramente a conviver com o lago, mas é impossível aprender a conviver com a terra arrasada que é o fundo do lago.

Com relação à implantação dos Planos Diretores Participativos é possível identificar uma série de oportunidades que poderão trazer avanços relevantes para os municípios e região. O primeiro e mais importante diz respeito à participação, pois em todo o processo a participação, principalmente a popular, é buscada intensamente. É inédita a introdução de processos participativos na maioria das cidades da região, o que, certamente, contribuirá para o desenvolvimento não somente de cidades mais organizadas e planejadas, como também da cidadania e da gestão democrática das cidades, uma vez que estão sendo priorizados os segmentos historicamente esquecidos.

O Estatuto da Cidade embora traga em seu bojo uma série de inovações destacadamente no que diz respeito aos instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários que proporciona aos gestores públicos uma atuação mais dinâmica, foi idealizado a partir das demandas de grandes e médias cidades. Sua aplicabilidade nos pequenos municípios (a maioria na região do lago possui menos de 20 mil habitantes) é algo a ser descoberto e analisado. Mas já é evidente que muito dos seus recursos não se destinam a eles. No caso da zona rural essa incompatibilidade é ainda maior. As experiências adquiridas no processo de elaboração dos planos diretores dos 50 municípios poderão contribuir para futuras adaptações dessa importante legislação.

Há uma visão geral de que as Fundações Universitárias, parceiras na execução do convênio, exercem não só um compromisso contratual visando a elaboração dos planos diretores, mas também um compromisso social, de transferência de conhecimento, de comprometimento com as comunidades em que estão inseridos, ou seja, a Universidade se aproxima dos problemas concretos se envolvendo diretamente também nas suas soluções. Além de capacitar os agentes públicos e os membros da sociedade que compõem os núcleos gestores – sobre o Estatuto da Cidade e Plano Diretor – as fundações, realizam um trabalho de conscientização da importância do planejamento na gestão pública, algo raro na maioria dos municípios brasileiros. Cidades que não estavam preocupadas, nem obrigadas legalmente, a planejar sua política urbana estão agora tendo esta oportunidade, isso é altamente positivo para a execução de futuras estratégias e ações de desenvolvimento.

A efetivação do convenio de cooperação entre Furnas e a Alago é um fato excepcional. Como informado anteriormente, tradicionalmente os recursos são angariados por processos inadequados em que Furnas exerce apenas uma ação solidária, se isentando de qualquer responsabilidade pelos problemas regionais. A dívida social de Furnas para com a região ainda não foi paga e seu valor é incalculável! Em 2007 Furnas completa 50 anos, talvez seja um bom momento para refletir sobre o seu papel na região, e oxalá adquira uma postura realmente condizente com uma empresa pública, calcada não somente em

²⁰ Neste mês, novembro, a cota mínima chegou ao nível de 759 metros, diversos municípios começam a sentir, novamente, os impactos pelo desaparecimento das águas. A alegação é de que a Usina de Furnas está produzindo mais energia para abastecer a região do sul do Brasil que passou por uma grande seca nos últimos anos.

valores de mercado, mas, principalmente, no desenvolvimento social.

Somente com uma política de planejamento regionalizado, baseada na convergência de interesses e na união de esforços, é que se pode aumentar a capacidade de condução racional dos desafios em questão. Afinal, o *Mar de Minas*, que durante boa parte de sua trajetória isolou, distanciou, separou e desequilibrou tem, enfim, a oportunidade de integrar, aproximar, juntar e harmonizar.

6 BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA, Mauricio Balesdent. **Direito Urbanístico e o Município**. FERNANDES. In: Fernandes, Edésio (org). **Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 15-32.
- BRASIL. Constituição, 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Encyclopaedia Britannica do Brasil, São Paulo, 1988.
- _____. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1998.
- CARDOSO, F. José. **Restrições legais em terrenos de fundo de vale urbano**. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M.. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo horizonte: IAB-MG, 2002, p. 95-102.
- _____. **Planos de gestão para micro bacia hidrográfica urbana e seus terrenos de fundo de vale**. In: Congresso Brasileiro de Urbanismo, 2, 2002, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: Editora Evangraf, 2002, p.75-89.
- CRUZ, José Luiz Cardoso. **A eletricidade no Brasil, do império a republica de hoje**. Passos, SINDEFURNAS, 1994.
- DUTRA, Heraldo Santos et al.. **Metodologia de elaboração e implementação de Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais/PRODEMU, s.d.
- ROLNIK, Raquel et al. **Regularização de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.
- Secretaria da Industria, Comercio e Turismo do Estado de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas**. Belo Horizonte, 1975, 123p.
- Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo. **Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado para o lago de Furnas**. Barcelona, Gerc Inatur Associados, 1996, 356p.